

55 Paulo Ferraz prevê quadro recessivo até fim de 84

As oito horas da manhã, confirmando a fama de empresário que chega muito cedo ao trabalho, e fumando bons charutos — hábito que pegou desde que os médicos o aconselharam a se afastar dos cigarros —, Paulo Ferraz prestou em seu escritório da Avenida Rio Branco o seguinte depoimento ao JORNAL DO BRASIL:

“A realidade presente da economia brasileira é o quadro recessivo. Não vejo como poderemos emergir disto a curto prazo. Para que se possa reduzir drasticamente a inflação e o déficit do setor público, de acordo com os compromissos assumidos com o FMI, a recessão terá de continuar até o final do ano que vem, com um multiplicador que é a política salarial mais apertada. Haverá, portanto, uma diminuição do consumo individual, desdobrando-se da periferia para o centro, do supérfluo para o essencial. Nessa conjuntura, apenas a alimentação se torna o essencial. Tudo o mais — vestimentas, locomoção, lazer — passa a ser supérfluo. Não é nada, não é nada, cada empregado tem agora um aumento equivalente a 80% do índice de inflação, que por sua vez já é expurgado.

“Para 90% dos brasileiros, o horizonte é o fim do mês. E, efetivamente, o envelope do salário vem a cada fim de mês corroído pela inflação. Multiplique-se isto por 80 milhões de consumidores — pois, dos 120 milhões de brasileiros, 40 milhões são semisobreviventes — e tem-se o efeito sobre a economia. A Cidade de Deus, aqui no Rio, tem 70 mil pessoas que moram em 1.800 unidades habitacionais, dos quais 40% estão desempregados e 60% vivem a nível de um a um e meio salário mínimo, o que mal dá para a sobrevivência de cada um. Tal situação multiplicada por 80 milhões repetindo-se por 8 meses e, pode-se dizer, o ‘caldeirão dos infernos’.

“Vivemos um paradoxo: com a inflação que está aí a economia não sobrevive; com o estrangulamento das contas externas, também não sobrevive. Para resolver o problema só há um caminho, que é exportar, vender mercadoria, pois não se pode emitir cruzeiros para pagar conta em dólares. A inflação, por sua vez, é um entrave às exportações. Para tornar o mercado externo mais atraente do que o mercado interno para o empresário, o Governo é obrigado a praticar uma taxa cambial remuneradora, a fim de manter íntegro o valor do produto vendido ao exterior. Porém, há outros fatores prejudicando a exportação, como as dificuldades para se obter componentes importados e financiamentos externos. Todo produto exportado tem uma parcela de insu-
mos importados. Para se exportar bens de capital, por exemplo, é preciso financiar o comprador, por cinco, 10, 15 anos, já que ninguém compra à vista uma grande máquina. No caso do navio, ele representa um valor em ser. Se eu finan-
cio a venda, somente vou receber os dólares a prazo e então sou obrigado a refinanciar os títulos no exterior. E aí nem sempre as condições de mercado são favoráveis. Se hoje somos um país deve-
dor de todos esses bancos internacionais, tentando remanejar o que está para trás,

como é que podemos conseguir facilida-
des creditícias para andar para frente?

As dificuldades de mercado

“O Brasil, sem dúvida, precisa acelera-
rar as exportações para compensar as perdas do mercado interno. Mas aí vem outro problema: o mercado dos países ricos está hoje sedimentado, inelástico, não há muito para onde crescer. Resta a alternativa dos países do Terceiro Mun-
do, que estão hoje na mesma situação do Brasil. Endividados, precisam conter as importações e exportar o máximo”. Além disso, o crédito que geramos contra eles não são refinanciáveis no mercado internacional. O único jeito então é conter as importações. Acontece que neste campo há as limitações da própria econo-
mia e da natureza: chuvas e secas. O Brasil agora vai precisar comprar produ-
tos agrícolas que contava para exportar. É possível até que tenha de importar algumas mercadorias para honrar contratos de exportação firmados, comprando mais caro do que vendeu”.

“Creio que 1984 será um ano dramá-
tico. A crise agora é patente, real, insofis-
mável e alienável. Não há como empurrá-
la com a barriga. Muito breve, a economia internamente vai ter que partir para um tipo de solução muito semelhante a que o país vem tentando promover no exterior. Será necessário um Projeto I, II, III e IV para que as empresas e o Governo possam ir acertando suas dívidas entre si. — Dá uma mercadoria aqui, entrega outra lá; paga um crédito, recebe outro, quita o débito com o terceiro.

“Quem é que pode dizer que a econo-
mia brasileira obedece a leis de merca-
do? Temos, na verdade, uma economia híbrida. O Brasil é um arquipélago, for-
mado por regiões econômica, social e politicamente muito distintas. O Nordeste é outro mundo. O Norte é outro mundo. O Centro-Sul é totalmente dife-
rente dos demais. Mas a política econô-
mica é administrada como se tudo fosse igual. Na medida que ficamos na gené-
ralidade, vão surgindo problemas. Não adianta fazer experimentação agrícola em um instituto de Campinas e depois tentar transferi-la para a Paraíba, porque lá o solo é diferente e até desconhecido. Por falta de conhecimento casuístico, caminha-se para o genérico que, quando é transformado para a prática, não produz os efeitos desejados. É por isto que se diz aqui que a teoria na prática é diferente.

2 045 ou impasse externo

“Seja 2 024, 2 045 ou qualquer outro número de Decreto-lei, o Governo não tem muita alternativa fora disso. Ou se aplica uma política salarial restritiva ou continua-se com o impasse externo. Outro dia, o presidente do Banco Montreal disse algo parecido, durante visita a Brasi-
lia. A política salarial estabelecida no 2 045 faz parte de um conjunto de ingre-
dientes que o Brasil se comprometeu a cumprir com o FMI.”

“Hoje o grande problema é a estupe-
fação, a perplexidade de todos diante dos acontecimentos. Vivemos um momento de grande perplexidade nacional.”